

INCLUSÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Flávia Manuella de Almeida KSIASZCZYK
Luciana MILCAREK

Instituto Federal do Paraná/IFPR
Paraná

RESUMO: Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, norteada pela seguinte questão de pesquisa: como a inserção do eixo 14 contribuiu para publicações sobre inclusão na Rede Federal de Educação Tecnológica? O objetivo geral foi mapear e analisar as publicações sobre inclusão no contexto da Educação Profissional e Tecnológica nos Anais do Congresso Brasileiro de Educação Especial, da Universidade Federal de São Carlos. Como critério de seleção, ficaram estabelecidas as publicações das edições 2018 (eixos 20 e 23) e 2021 (eixo 14), tendo como enfoque a abordagem qualitativa. Para orientar a elaboração dessa revisão, buscou-se aporte teórico na legislação específica da Educação Profissional e Tecnológica, dos Institutos Federais e autores como Veroneze e Santos (2018). Os resultados mostram que, considerando o número de trabalhos apresentados nos respectivos eventos, houve um aumento significativo na produção de trabalhos sobre a inclusão no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Em 2018, dos 128 (cento e vinte e oito) trabalhos publicados nos eixos 22 e 23: 04 (quatro) eram dos Institutos Federais e 1 (um) de outra instituição; enquanto no ano de 2021, dos 28 (vinte e oito) trabalhos publicados no eixo 14: 04 (quatro) eram dos Institutos Federais e 04 (quatro) de outras instituições. Conclui-se que a inclusão do eixo 14 a partir do ano de 2021 corroborou com publicações voltadas à educação inclusiva na Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica.

Palavras-chave: rede federal de educação tecnológica; pessoas com deficiência; educação inclusiva.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, considerando a reorganização dos eixos temáticos do Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE), de organização bianual e que, em sua IX edição, no ano de 2021, alterou não apenas o quantitativo dos eixos, como inseriu um novo, denominado “Formação e Acessibilidade na Educação Superior, Profissional e Tecnológica” (Eixo 14), visa revisar o que foi publicado nos Anais do CBEE sobre inclusão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) nos (para os) Institutos Federais (IFs), norteadas pela seguinte questão de pesquisa: A inserção do eixo 14 contribuiu nas publicações sobre inclusão na Rede Federal de Educação Tecnológica?

O objetivo geral foi mapear e analisar as publicações sobre inclusão no contexto da Educação Profissional e Tecnológica nos Anais do Congresso Brasileiro de Educação Especial, da Universidade Federal de São Carlos. Na metodologia de pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa e pela Revisão Sistemática da Literatura (RSL) quanto ao procedimento.

Para a fundamentação, apoiou-se na lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (*Lei nº 11.892, 2008*), na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2009), no Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2011), no Estatuto da Pessoa com Deficiência (*Lei nº 13.146, 2015*), na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), nas contribuições de Veroneze e Santos (2018) e Mendes (2017).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs, 2008) foram instituídos por meio da *Lei nº 11.892 (2008)* e são, conforme artigo 2º, parágrafos 1º, 2º e 3º:

[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

§ 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.

§ 2º No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais.

§ 3º Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos à distância, a legislação específica.

Desta forma, no que concerne à Educação Superior, os Institutos Federais (IFs) são equiparados às Universidades Federais, porém em sua lei de criação não há diretriz para a organização dos Núcleos de Inclusão e Acessibilidade, bem como, no respectivo documento, não há menção à inclusão na perspectiva dos princípios da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2009), da *Lei Brasileira de Inclusão* (2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, e da perspectiva Sócio biopsicológica da Acessibilidade.

Ainda que a criação dos IFs tenha ocorrido no mesmo ano da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), não há em sua lei de criação menção alguma à inclusão e acessibilidade.

Os IFs compõem a maior parte da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do país. Algumas instituições que compõem a Rede Federal têm trajetórias diferentes, já tendo sido algumas delas: Escolas de Aprendizes e Artífices, Liceus Industriais, Escolas Técnicas Industriais, Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica e Institutos Federais. Enquanto algumas possuem histórico, outras começaram “do zero” como IFs (Mendes, 2017).

É o caso do Instituto Federal do Paraná (IFPR), que, até o momento, não tem consolidado o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade, conforme prevê o Programa Incluir do Ministério da Educação e Cultura (MEC), o qual tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nos institutos.

Conforme Veroneze e Santos (2018), os IFs “foram pensados para atuar em todo o território nacional, fomentando políticas sociais e valorizando novamente a Educação Profissional, que por muito tempo foi tratada como formação pura e simples para o mercado de trabalho” (p.104).

Após dois anos de sua constituição, em 2010, por meio da Ação: “Tecnologia, Educação, Cidadania e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Específicas”

(TEC/NEP), elaborada pela extinta Secretaria de Educação Especial (Seesp) e pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), foi publicado um “Manual de Orientação”, destinado aos IFs, em que há orientações de como devem ser instituídos os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais (Napnes), que mais tarde passam a ser denominados Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas.

Alguns IFs elaboraram regulamentos específicos por meio de Resoluções, são exemplos, o IFRN em 2012; IF Goiano e IFMT, em 2013; IFRS e IFSP, em 2014; IFPB, em 2015; IFMS, IFPE e IFMG, em 2016; IFTO e IFES, em 2017.

Ao examinar os aspectos da política e da legislação identifica-se uma ênfase aos aspectos da acessibilidade arquitetônica em detrimento das questões pedagógicas e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) que, quando mencionados, aparecem com pouco detalhamento das atividades realizadas. Percebe-se, ainda, que a organização das práticas de atendimento pedagógico e a estruturação dos núcleos de acessibilidade estão a depender das gestões locais em cada Instituto, fazendo com que diferentes movimentos se configurem dentro da Rede Federal (Mendes, 2017).

De modo não sistemático, consta no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2009-2013) do IFPR, no tópico de missão e valores, a “inclusão social” e, em sua missão, visão e valores são almejadas a formação integral e a inclusão social dos estudantes, bem como proposta da implantação do Napne.

Na *Resolução nº 08/2014*, é criado o Regimento Interno Comum aos campi, com seção específica para o Napne, descrevendo-o como um “órgão de assessoramento e proposição de apoio técnico-científico a políticas e ações de inclusão em cada campus” (Instituto Federal do Paraná [IFPR], 2014, p.8).

Infelizmente, por não existir na lei de criação dos IFs diretrizes para implementação dos Napnes, além de cada instituto ter uma estrutura própria, no IFPR, a ausência de um regimento específico causa uma debilidade quanto ao trabalho em rede e delimitações das áreas de atuação.

As ausências de padronização e regulamentação (Veroneze & Santos, 2018) limitam ações (ou falta delas), como por exemplo, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a implantação de sala de recursos multifuncionais (SRM) e a contratação de professor de Educação Especial, conforme previsto no *Decreto nº 7611* (2011) e na *Lei nº 13.146* (2015).

Em 2021, o organograma institucional do IFPR foi reestruturado e foram criadas a Coordenadoria Geral dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades

Educacionais Específicas (Conapne) e as Coordenadorias dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (Cnapne) nos campi, e após nova reorganização do organograma, em 2022, essas coordenadorias deixaram de ser vinculadas à Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis (Sepae), contando assim com a figura de um coordenador, com autonomia em suas ações, em parceria com a Sepae e Coordenação de Ensino (Coens), estando diretamente vinculadas à Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (Diepex).

O primeiro concurso para provimento do cargo de professor de Educação Especial (EE), no IFPR, ocorreu em 2019, porém com apenas uma vaga por campi e carga horária de 20 horas/semanal. Até esse período havia apenas três professores de EE no IFPR, advindos de remoção/redistribuição e que mantiveram sua carga horária de origem de 40 horas/semanal.

Até o momento, cada campi tem realizado ações isoladas baseadas em suas necessidades locais, Leis e Decretos, mas com a reestruturação do organograma a Conapne tem trabalhado para organizar, junto às coordenadorias dos núcleos, um trabalho em rede, começando pela construção de dois documentos essenciais, os quais foram disponibilizados para consulta interna e que seguirão para a avaliação e aprovação dos Conselhos competentes, a saber: a resolução que define as diretrizes dos Cnapnes e a resolução sobre as adaptações e/ou flexibilização curricular, ficando evidente o amadurecimento do Napne nos IFs, em específico no IFPR.

Por consequência, caminha-se na estruturação da inclusão no contexto da EPT nos IFs, o que nos leva a analisar, por meio de uma RSL, as publicações referentes a este tema nos Anais do CBEE que, em 2021, reorganiza seus eixos temáticos e inclui o eixo 14.

2. MÉTODO

O enfoque desta pesquisa é qualitativo, com intuito de explorar um problema levantado pelas pesquisadoras em que “medidas quantitativas e as análises estatísticas simplesmente não se enquadram no problema” (Creswell, 2014, p. 53). Está geralmente inserida no processo do método científico, seguindo uma estrutura: problematização, levantamento de hipóteses, realização de coleta de dados, análise dos dados e relato do pesquisador (Creswell, 2014; Collado; Lucio & Sampieri, 2013), a qual foi adotada para o desenvolvimento desta pesquisa.

A pesquisa foi realizada nos Anais do Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). A qualificação da pesquisa foi norteadada pela Revisão Sistemática da Literatura (RSL), no sentido de observar o quantitativo de estudos realizados sobre a inclusão no contexto da EPT, com lócus nos IFs, a partir da inserção do novo eixo temático no IX CBEE: “Formação e Acessibilidade na Educação Superior, Profissional e Tecnológica” (Eixo 14).

Como critério de seleção, foram analisados os trabalhos publicados no IX CBEE, em 2021 e VIII, em 2018, que, potencialmente, se enquadram no eixo temático da edição vigente. A pesquisa e decodificação, por meio do software ATLAS.ti, foram essenciais para a inclusão e exclusão dos trabalhos analisados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com informações contidas no site do IX CBEE (2021), a partir da reorganização dos eixos, farão parte do atual eixo 14 (Formação e Acessibilidade na Educação Superior, Profissional e Tecnológica) os trabalhos publicados anteriormente no eixo 23 (Práticas de inclusão escolar no ensino superior).

Como os IFs ofertam o Ensino Médio Integrado (EMI) incluso na Educação Básica, optou-se por analisar também os trabalhos submetidos ao eixo 22 (Práticas de inclusão escolar na educação básica), realizando um comparativo entre o evento de 2018 e o de 2021 com eixo específico da EPT, para analisar se a inserção do eixo 14 contribuiu para a publicação de pesquisas de inclusão no contexto da EPT, em específico nos/dos IFs.

O VIII CBEE, em 2018, teve 991 trabalhos publicados distribuídos em 28 (vinte e oito) eixos temáticos. Destes, 96 (noventa e seis) foram submetidos ao eixo 22 (Práticas de inclusão escolar na educação básica) e 32 ao eixo 23 (Práticas de inclusão escolar no ensino superior). Após a revisão dos trabalhos, conforme Quadro 1, do total de 128 trabalhos publicados, apenas cinco publicações eram sobre inclusão no contexto da EPT, sendo quatro no eixo 22, em que três tinham como lócus nos IFs e uma era outra instituição e uma no eixo 23 com lócus nos IFs.

Quadro 1

Resultados das publicações da edição do ano de 2018

CBEE VIII / 2018	
Quant. de eixos	28
Eixo sobre EPT/IFs	Eixo 22. Práticas de inclusão escolar na educação básica Eixo 23. Práticas de inclusão escolar no ensino superior
Quant. total de trabalhos	Eixo 22. Total 96 Eixo 23. Total 32
Quant. de trabalhos sobre EPT nos IFs	Eixo 22. Total 03 Eixo 23. Total 01
Quant. de trabalhos sobre EPT em outras instituições	01

Dos resultados obtidos, selecionamos apenas as publicações sobre inclusão no contexto da EPT nos IFs, excluindo o trabalho com lócus em outra instituição, conforme os critérios de seleção.

O relato de experiência de Lacerda, Machado e Pinto (2018) proporciona discussões e reflexões sobre o processo de inclusão no Ensino Médio profissionalizante, considerando a experiência profissional das estagiárias, a equipe pedagógica, as práticas e estratégias de ensino, as dificuldades enfrentadas e o aprendizado adequado das alunas, com lócus no IFSP, em São Carlos.

Oliveira e Zerbato (2018) descrevem as primeiras concepções sobre o Atendimento Educacional Especializado no Instituto Federal Baiano, no campus de Uruçuca (BA).

Kawashita e Silva (2018) analisam o Plano de Ações (PLAC) voltado para a Educação Inclusiva do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho, levantando os principais problemas e ações apontados pela comunidade acadêmica para fortalecer a Educação Inclusiva no mesmo.

Moreira *et al.* (2018) identificam o perfil dos estudantes com deficiência, matriculados em instituições públicas de Ensino Superior no Estado do Paraná, a partir de técnicas de análise quantitativa, aplicadas à pesquisa em educação.

Quanto aos resultados do ano de 2021, o IX CBEE teve 438 trabalhos publicados, distribuídos em 20 eixos, dos quais 28 foram submetidos ao eixo 14. Após a revisão dos trabalhos, conforme Quadro 2, foram localizadas oito publicações sobre inclusão no contexto da EPT, sendo apenas quatro publicações sobre inclusão no contexto da EPT nos IFs.

Quadro 2

Resultados das publicações da edição do ano de 2021

CBEE IX / 2021	
Quant. de eixos	20
Eixo sobre EPT/IFs	14. Formação e Acessibilidade na Educação Superior, Profissional e Tecnológica
Quant. total de trabalhos	28
Quant. de trabalhos sobre EPT nos IFs	04
Quant. de trabalhos sobre EPT em outras	04

Dos resultados obtidos, selecionamos apenas as publicações sobre inclusão no contexto da EPT nos IFs, excluindo o trabalho com lócus em outra instituição, conforme os critérios de seleção.

Delou e Oliveira (2021) identificam e analisam dados sobre o ingresso e permanência do público-alvo da Educação Especial (PAEE) nos IFs. Apesar dos movimentos observados em prol do ingresso e permanência do PAEE nos IFs, como o estabelecimento de reserva de vagas para ingresso e as diversas ações de atendimento desenvolvidas institucionalmente, constata-se a ausência de dados educacionais sobre essa realidade. Tal situação impossibilita caracterizar esse grupo de estudantes e visualizar um panorama sobre seu ingresso e permanência nos IFs, o que poderia contribuir para aprimorar as políticas de inclusão.

Mahl (2021) apresenta algumas ações do AEE no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) no ensino remoto, que, posteriormente, foi intitulado de Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNP) ressaltando terem sido obtidos progressos significativos para a inclusão de estudantes público da EE naquela instituição, antes e durante o ensino remoto, a partir dos serviços e recursos advindos da EE sob o viés do Ensino Colaborativo.

Kawashita (2021) apresenta a percepção dos professores de EE sobre as estratégias que estruturam o trabalho pedagógico realizado no ensino remoto emergencial do IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho. A análise realizada aponta para a importância do acesso à infraestrutura e letramento digital; do estabelecimento de vínculos entre os envolvidos no processo para que seja possível o alinhamento das ações; da construção coletiva de adequações/adaptações e o efetivo aprendizado dos estudantes mediante o acompanhamento ofertado. A necessidade de formação pedagógica dos professores regentes voltada para inclusão também foi apontada como um ponto relevante e desafiador pelos professores de atendimento especializado participantes da pesquisa.

Elias e Ferreira (2021) relatam o ingresso e início das atividades escolares na educação profissional, em modalidade integrada, de dois jovens com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) do curso Técnico em Informática, relatando algumas adaptações realizadas durante o período de ensino remoto, relacionadas às práticas pedagógicas com o objetivo de favorecer a aprendizagem, oferecendo suporte e estreitando laços com os docentes dos estudantes com autismo que apresentavam

demandas específicas por se tratar de um novo contexto no ensino remoto e, portanto, desafiador, diante de algumas demandas evidenciadas cotidianamente. Por essa razão, o uso de estratégias de cuidado relativas à área da Educação deve respeitar as especificidades do processo de ensino e aprendizagem diante das singularidades dos estudantes.

Cabe ressaltar que a edição de 2018 do CBEE foi remota, enquanto a edição de 2021 presencial, o que impacta no quantitativo de publicações.

Em relação às publicações sobre a inclusão no contexto da EPT nos IFs, é possível verificar que não há trabalhos sobre as práticas desenvolvidas nessa temática, bem como a permanência e o êxito dos alunos, dentro do recorte do CBEE, edições de 2018 e 2021, demonstrando que ainda há muito a ser estudado, desenvolvido e estruturado nos IFs. Conseqüentemente, abertura (espaço) para o aumento da participação e publicação dos IFs nas próximas edições do CBEE.

4. CONSIDERAÇÕES

É possível perceber que as publicações sobre inclusão no contexto da EPT quadruplicaram após a reorganização dos eixos temáticos da CBEE em 2021 com a inserção do eixo “Formação e Acessibilidade na Educação Superior, Profissional e Tecnológica”, considerando o número de publicações nas respectivas edições.

Em 2018, foram publicados 128 trabalhos em que apenas cinco eram sobre inclusão no contexto da EPT, sendo quatro sobre inclusão na EPT nos IFs, equivalente a 3,12% das publicações; enquanto no ano de 2021, das 28 publicações, oito eram sobre inclusão no contexto da EPT, sendo quatro sobre inclusão no contexto da EPT nos IFs, resultando em 14,29% dos trabalhos publicados.

Contudo, após a revisão dos artigos, que obedeciam aos critérios de seleção, percebeu-se que ainda há poucos estudos publicados na área, concluindo-se que emerge a necessidade de pesquisas e publicações referentes ao processo educacional inclusivo de estudantes da EPT, tendo em vista que, apesar das contribuições dos trabalhos publicados, ainda são necessários diversos debates e ações específicas para a EPT, considerando seus arranjos.

O desenvolvimento de metodologias, tecnologias assistivas e de recursos didáticos inclusivos (material concreto e objetos de aprendizagem) são de suma importância no processo de ensino e aprendizagem como um todo, mas na EPT, no que se refere aos IFs, os dados sobre o AEE ainda são pouco organizados, utilizando-se de nomenclaturas pouco padronizadas, por exemplo.

A falta de padronização e regulamentação própria acaba por repercutir nas ações (ou na falta delas) em cada campus do IFPR, bem como na rede federal. Não havendo registro de orientações institucionais que definam o atendimento para as pessoas com necessidades educacionais específicas, postergando discussões a respeito de políticas públicas e institucionais e inviabilizando ou dificultando procedimentos específicos de atendimentos individuais (Veroneze & Santos, 2018).

Uma vez que as pessoas com deficiências têm direito ao acesso, permanência e êxito, instituições com oferta de Educação Profissional e Tecnológica precisam analisar o seu trabalho pedagógico, por meio de discussões e debates sobre práticas, currículo, espaços, entre outros, para que ocorra, de forma efetiva, a educação inclusiva.

5. REFERÊNCIAS

Collado, C. F., Lucio, M. del P. B. & Sampieri, R. H. (2013) Metodologia de pesquisa. (5 ed. Moraes Trad.) Penso.

Creswel, J. W. (2014) *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. (3 ed. Rosa Trad.) Penso.

Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm

Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo facultativo, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm

Elias, N. C. & Ferreira, V. S. (2021) O processo de escolarização de estudantes com autismo no ensino remoto. *In: Anais do 9º Congresso Brasileiro de Educação Especial, São Carlos. Anais eletrônicos.*

<https://cbee2021.faiufscar.com/anais#/trabalho/4943>

Instituto Federal do Paraná (2009). *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009-2013*.

<https://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/PDI.pdf>

Kawashita, L. M. S. & Silva, G. C. (2018) *IFSULDEMINAS: um plano para fortalecer a Inclusão*. *In: Anais do 8º Congresso Brasileiro de Educação Especial, 2018, São Carlos. Anais eletrônicos. Campinas, Galoá.*

<https://proceedings.science/cbee/cbee-2018/trabalhos/ifsuldeminas-um-plano-para-fortalecer-a-inclusao?lang=pt-br>

Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm

Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

Machado, J. A. & Pinto M. M. (2018) *A Inclusão no Ensino Médio Profissionalizante: um relato de experiência*. In: Anais do 8º Congresso Brasileiro de Educação Especial, São Carlos. Anais eletrônicos. Campinas, Galoá.

<https://proceedings.science/cbee/cbee-2018/trabalhos/a-inclusao-no-ensino-medio-profissionalizante-um-relato-de-experiencia?lang=pt-b>

Mahl, E. (2021) *O Atendimento Educacional Especializado (AEE) no ensino remoto: experiências no Instituto Federal Baiano*. In: Anais do 9º Congresso Brasileiro de Educação Especial, São Carlos. Anais eletrônicos.

<https://cbee2021.faiufscar.com/anais#/trabalho/5449>

Mendes, K. A. M. de O. (2017) *Educação Especial Inclusiva nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia brasileiros*. 168 f. Tese [Doutorado em Educação]. Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8139#:~:text=MENDES%2C%20Katuscia%20Aparecida%20Moreira%20de%20Oliveira.%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Especial,Educa%C3%A7%C3%A3o%29%20-%20Universidade%20Federal%20de%20Goi%C3%A1s%2C%20Goi%C3%A2nia%2C%202017.>

Oliveira, W. M. & Delou, C. M. C. (2021) *Acesso e permanência de estudantes público-alvo da Educação Especial nos Institutos Federais*. In: Anais do 9º Congresso Brasileiro de Educação Especial, São Carlos. Anais eletrônicos.

<https://cbee2021.faiufscar.com/anais#/trabalho/4898>

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).
[http:// portal.mec.gov.br/ arquivos/ pdf/ politicaeduc ESPECIAL.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf)

Veroneze, C. C. & Santos, A. R. B. (2018) Instituto Federal do Paraná e inclusão: um panorama do núcleo de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas (NAPNE). *In: Junior Lemos, W., Urbanetz, S. T. & Pinto, L. R. (Orgs.) Educação profissional e tecnológica: história, prática e currículo.* (p. 97-125). Editora IFPR.

Zerbato, A. P. & Oliveira, S. P. dos S. (2018) *O atendimento educacional especializado no Instituto Federal Baiano: concepções iniciais da experiência no Campus Uruçuca.* *In: Anais Do 8º Congresso Brasileiro de Educação Especial, São Carlos. Anais eletrônicos.* Campinas, Galoá.
<https://proceedings.science/cbee/cbee-2018/trabalhos/o-atendimento-educacional-especializado-no-instituto-federal-baiano-concepcoes-i?lang=pt-br>